

Verbas do Orçamento

JORNAL DE BRASÍLIA 19 MAI 1988

têm rateios mensais

O Orçamento Geral da União que deverá ser divulgado sexta-feira trará uma importante novidade: além de fixar os valores dos gastos considerando apenas o período janeiro a junho, para depois corrigi-los por quatro diferentes deflatores (URP, OTN, câmbio e IPC), a distribuição da receita arrecadada ficará a critério do Executivo. Este alocará a receita, conforme a prioridade: pessoal, dívida interna e externa, e depois, se sobrar, custeios e despesas de capital (investimentos e custeio da máquina).

Quando o presidente José Sarney enviar o Orçamento ao Congresso estará pedindo autorização para que o Ministério do Planejamento faça as realocações mensais da receita disponível. Essa realocação obedecerá a alguns critérios predeterminados, conforme o Governo explicará ao Congresso. Ao verificar o quanto a União arrecadou, a Secretaria de Orçamento e Finanças e a Secretaria do Tesouro Nacional farão o rateio dos recursos. Em primeiro lugar, definirão os gastos com pessoal e dívida. Este cálculo será feito considerando o valor dispendido no mês anterior, corrigido pela URP, no caso de pessoal, e pela OTN, no caso da dívida. Estes recursos seriam prioritariamente alocados.

Descontadas essas despesas da receita, seria verificada a possibilidade de atender os demais gastos. Se fosse possível cobri-los integralmente, o procedimento de correção de seus valores seria o mesmo: o valor do mês anterior, acrescido da variação de seus respectivos deflatores (por exemplo, o aluguel corrigido pela OTN). Caso a receita (com impostos e títulos públicos) não seja suficiente, a realocação atenderia os gastos mais urgentes. Neste contexto, os recursos para obras públicas ficariam no último lugar das prioridades.

Mensalmente, a SOF e a STN informarão aos ministérios sobre os valores que terão direito no mês em curso, considerando a posição da despesa do mês anterior e sua correção pelo deflator. Essa sistemática, que funciona com perfeição em Israel, vai vigorar a partir de julho. Até junho, o orçamento obedecerá as regras tradicionais, de despesas projetadas, com base em uma estimativa de inflação futura. A partir dessa despesa, o Governo iniciará o trabalho de correção pelos diferentes deflatores. Como a prática deste orçamento é complicada, o planejamento vai fornecer uma cartilha, que está sendo rodada na gráfica do IBGE, ensinando a usar o deflator.